



ATA Nº 7/2021

Aos 28 dias do mês de junho de 2021, no edifício dos Paços do Município e sala de reuniões da Assembleia Municipal, reuniu-se, para a segunda reunião da terceira sessão ordinária do ano 2021, a Assembleia Municipal de Espinho presidida por Joana Raquel da Silva Devezas e secretariada por Rosa Martins de Freitas Duarte e Guilhermino Pedro de Sousa Pereira, com a seguinte ordem de trabalhos:

3. Deliberar sobre a descentralização de competências no domínio da Ação Social no ano de 2021;
4. Autorizar a aquisição, por escritura de justificação, do imóvel que se encontra na posse do Município de Espinho - Edifício da Câmara Municipal de Espinho;
5. Apreciar e votar os Documentos de Prestação de Contas do ano 2020;
6. Deliberar sobre as propostas que visam prosseguir as atribuições da Autarquia;
7. Apreciar a informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal;
8. Aprovar as atas;
9. Período intervenção do público.

A reunião iniciou-se às 21h30 dado que, à hora inicialmente designada, não se encontrava presente a maioria do número legal de membros desta Assembleia.

A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, Joaquim José Pinto Moreira. Estiveram presentes os Vereadores António Vicente de Amorim Alves Pinto e Quirino Manuel Mesquita de Jesus.

Foi verificada a presença dos membros Ricardo Bastos Sousa, Maria Susana Gomes de Castro Valente, João Oliveira Passos, José Maria Pereira de Carvalho e Sá, António Manuel Pinto de Oliveira, Graça Hermínia Conceição Dias Pereira, António José Nunes Teixeira Lopes, Jorge Eduardo da Nave Pina, João Paulo Sobral do Couto Silva Carapeto, José Adolfo Carvalho Rocha, António José Borges Regedor, Henrique José Pedro Cierco, Jorge Manuel de Oliveira Carvalho, António Manuel de Sousa Andrade e dos Presidentes da Junta de Freguesia de Espinho – Vasco José Carvalho Alves Ribeiro, da Junta de Freguesia Paramos - Manuel de Oliveira Dias e da Junta de Freguesia de Silvalde - José Carlos da Silva Teixeira.

Foi dada nota do pedido de substituição da Presidente da Assembleia Municipal Maria Filomena Maia Gomes por Isabel Maria Pinhal Resende e dos membros Filipe Alexandre Perdigão Carvalho Pinto por Manuel António Carvalho de Oliveira, Teresa Manuel Dias Leite de Carvalho e Magalhães por Margarida Maria Oliveira Ribeiro, Diogo dos Santos Pedrosa por Floriano Augusto de Oliveira Alves e do Presidente da Junta da União de Freguesias de Anta e Guetim - Nuno Pinto de Almeida por Manuel Fernando Rocha Moreira Santos.

Verificado o quórum, a Presidente da Assembleia Municipal em exercício declarou aberta a reunião, com um pedido de intervenção do Sr. Jorge Gomes de Sá, residente na Rua do Monte, em Paramos, que, na qualidade de membro dos Órgãos Sociais da Associação de Futebol Popular do Concelho de Espinho, veio expor a diminuição do apoio concedido pela Câmara Municipal na presente época desportiva, sendo que, na última época a AFPCE recebeu 15 mil euros mais um apoio extraordinário de 7.500€ e que, na época em curso, receberiam apenas 7.500€. Referiu que tinham recebido as chaves da antiga escola do Monte de Paramos para sede da AFPCE e que a mesma se encontrava em estado miserável e que lá teriam de gastar milhares de euros. Fez notar que a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira distribuiu 1, 27 milhões de euros aos clubes, coletividades e associações do concelho, em tempo de pandemia.

Vice-Presidente CM disse que aqueles assuntos eram tratados em fóruns próprios e que o município de Espinho era um dos municípios do país que mais apoiava as associações e que, quando comparado com outros concelhos como Santa Maria da Feira, em termos de população e orçamento, proporcionalmente a Espinho, aquela verba de 1.3 milhões representava não mais do que 300 mil euros. Acrescentou que só em termos de verbas do jogo, o município de Espinho dava apoio às associações em mais de meio milhão de euros a par de outros apoios. Fez notar que, embora compreendesse a paixão das pessoas e a importância do futebol popular no concelho de Espinho, o orçamento municipal não esticava, tendo, num ano tão especial como aquele, de fazer opções, nomeadamente uma redução em áreas que estiveram efetivamente encerradas como foi o caso do futebol popular.

Ponto 3. Deliberar sobre a descentralização de competências no domínio da Ação Social no ano de 2021

Vice-presidente CM explicou que tinham de esperar para uma altura em que o Governo estivesse mais preparado para passar as competências, dado que não era a



altura própria para o esforço e transparência que se desejava numa área tão relevante como a ação social.

Votação: aprovado por maioria e abstenção do vogal Antonio Regedor

Ponto 4. Autorizar a aquisição, por escritura de justificação, do imóvel que se encontra na posse do Município de Espinho - Edifício da Câmara Municipal de Espinho;

Vice-presidente CM explicou que o Edifício da Câmara Municipal de Espinho não se encontrava devidamente registado na Conservatória e que apesar de terem sido encontradas várias escrituras nos arquivos em Espinho e em Santa Maria da Feira, não eram suficientes para fazer o registo, sendo necessária aquela escritura de justificação.

Jorge Carvalho (CDU) manifestou a sua surpresa pelo facto de, só ao fim de 12 anos, terem descoberto que o edifício ainda não se encontrava registado em nome da Câmara, uma vez que, todos os anos, o Palm & Cambão chamava a atenção de que o património não estava legal e que sobre isso não se pronunciavam.

Vice-presidente CM esclareceu que o edifício dos Paços do Concelho estava registado contabilisticamente, apenas não estava registado no Registo Predial porque era necessária uma tramitação própria que tinha vindo a ser sucessivamente feita ao longo dos anos e que 12 anos não era muito para recuperar o trabalho que não foi feito em 70, sendo que já tinham registado praticamente todo o património anteriormente adquirido e que, atualmente, procediam ao registo de todo o património que era adquirido. Acrescentou que a nota do ROC não se referia àquelas situações, mas sim às situações em que, apesar de saberem que existia património, não sabiam quantificá-lo nem colocá-lo devidamente nas contas, como por exemplo situações de parcelas de terrenos que não sabiam de que forma tinham sido adquiridas por anteriores executivos, por não existirem documentos.

Votação: aprovado por unanimidade

Ponto 5. Apreciar e votar os Documentos de Prestação de Contas do ano 2020

Vice-presidente CM disse que o ano orçamental de 2020 foi extremamente exigente, com uma quebra de receitas, motivada pela pandemia, de quase 11% ou seja de cerca de 3,1 M€, que afetou a execução orçamental, sendo que na despesa, tiveram uma execução no PPI de cerca de 84%, sendo que a sua não execução tinha sempre implicações na receita de forma exponencial. Que, apesar disso e muito motivado pelo

acordo com a EDP que se concretizou no ano 2020, tiveram uma redução da dívida de 3,7 M€. Disse que era a primeira vez que se apresentavam contas com o formato do SNC-AP o que poderia criar alguma dificuldade em comparar. Disse ainda que a COVID teve também impacto na despesa, obrigando a transferir muitas despesas ao longo do ano, especialmente durante o primeiro confinamento para alocar às necessidades que iam surgindo com necessidade de intervenção imediata. Que, ainda assim, conseguiram lançar um conjunto de medidas extraordinárias de apoio, lançar e executar um conjunto de plataformas digitais para acesso em diversas áreas, como educação, águas, criaram um centro de rastreio móvel, um *call center* para apoio à COVID e, também, dar sequência a alguns projetos, reforçaram o fundo de emergência social, mantiveram o cheque bebé, continuou a obra do RECAFE e a renovação das redes de água atingiu um patamar de grande execução, mantiveram o reforço das transferências para as freguesias e iniciaram a obra do estádio municipal. Foi um ano em que o município conseguiu manter-se equilibrado apesar das perdas de receita, apoiar a economia e manter o seu esforço de investimento, garantindo também a execução dos fundos comunitários.

Jorge Carvalho (CDU) disse que, todos os anos, nas palavras do Vice-presidente da Câmara, eram só sucessos, mas o que era certo era que era "*muita parra e pouca uva*", sendo que as pequenas coisas pareciam de muita importância e que o importante, que não era feito, não tinha grande relevo. Perguntou quanto a ESSE tinha pago, no ano de 2020, à Câmara pela utilização do espaço com os parquímetros, uma vez que fez aquela pergunta ao Presidente da Câmara numa reunião da Assembleia, tendo-lhe respondido que iria saber e lhe faria chegar os valores, o que até ao momento, não aconteceu, sendo que, no documento em apreciação, também não encontrou aquele valor. Disse ainda que leu uma notícia em que a Câmara se preparava para entregar a Piscina Solário Atlântico a privados e perguntou se essa notícia tinha fundamento. Disse que antigamente a Câmara preocupava-se em garantir os serviços à população e que atualmente o que a Câmara queria era não fazer, existindo mais engenheiros do que operários ao serviço da Câmara.

António Regedor (PMG) disse que na observação dos quadros resumo da execução orçamental, verificavam que, no quadro comparativo, a receita era de 37,5% e a despesa 32%, demonstrando que havia uma clara redução de receita e despesa, mas comparando com o quadro do ano passado, verificava-se que os encargos de funcionamento eram superiores. Disse que o serviço da dívida era, no ano passado, de



430 mil e 335 euros e que este ano era de 604 mil euros estando pagos apenas 589 mil, referindo que tinham um serviço de dívida 50% superior ao do ano passado, disse que, comparativamente ao ano passado tinham menos investimento e mais juros a pagar, perguntando se a Câmara não estava preocupada com a situação e que, dadas aquelas contas, qual era o caminho que considerava tomar e qual o rumo.

Vice-presidente CM, dando como exemplo a dívida à EDP, em que restava pagar cerca de 12M€, disse que, durante 20 anos, o município teve de pagar 340 mil euros por ano e que, se renovassem o acordo por mais 20 anos, era aquele valor que continuariam a pagar e que não era serviço de dívida porque estavam a pagar a um fornecedor e não a um banco, e que por aquelas contas, bastava somar os 340 mil aos 400 mil euros, para já ser superior ao que o vogal António Regedor referiu. Disse que reduziram a dívida de 12 para 7 milhões, estando a pagar à banca os 7 milhões. Disse que o ano de 2020 foi um ano excecional, como seria o de 2021, e que, em dezembro do ano passado, já tinham uma estimativa de perda muito grande, facto que teve ocasião de referir na Assembleia Municipal e que haveria um impacto não só das verbas de jogo, mas também das receitas municipais. Disse ainda, como também já anteriormente tinha referido, que foi necessário corrigir o empréstimo por força de novo confinamento. Disse que, naturalmente estava preocupado, que a responsabilidade das contas do município era muito grande e gostava de pensar naqueles assuntos com ponderação e com cuidado dado que era dinheiro de todos os munícipes. Quanto ao rumo, disse que era fazer aquilo que fizeram, ou seja, garantir que os fundos comunitários para fazer obras como a de renovação de água e saneamento não se perdiam, fazer com que conseguissem concluir aquelas intervenções que traziam desenvolvimento ao município, fazer a afetação dos recursos onde eram mais necessários em cada um dos momentos e cumprindo a Lei, o que, nos dias de hoje, era respeitar a lei dos compromissos, era não fazer mais despesa do que receita. Disse que tinham saldos de gerência que não podiam usar, a não ser fazendo revisões orçamentais, despesa que não podia sair se a receita não entrasse mês a mês. Referiu que estavam em julho e que relativamente às verbas do jogo, o Turismo de Portugal nada tinha pago e que enquanto aquelas verbas não entrassem também entrava despesa zero, que, no tempo da Troika, naquela altura já tinham recebido 70% da verba anual e que era possível cumprir a lei dos compromissos quando se pagava e se recebia a tempo, o que, não acontecendo, dificultava a vida dos municípios. Disse ainda que o município tinha reservas e criou capacidade de

endividamento porque de outra forma estariam numa situação aflitiva e que o rumo era gerir com parcimónia, pensando que amanhã as coisas podiam não correr tão bem e assegurar as reservas necessárias para aquela situação. Disse que estavam impedidos de apoiar mais algumas instituições e gostavam de poder apoiar mais, especialmente naquela altura, mas não podiam e que não puseram nenhum dos compromissos do município em causa. Que todos sabiam o crescimento que a cidade de Espinho estava a ter em termos de construção, de reabilitação e que, além do investimento público, estava a acontecer um grande investimento privado que trariam ao município, com o crescimento demográfico e imobiliário, receitas próprias superiores. Disse que uma prestação de contas representava os impactos não só atuais, mas também os impactos do passado e começava a mostrar, ano após ano, o reequilíbrio e a capacidade de investimento que o município tinha atualmente para promover o crescimento económico.

António Regedor (PMG) sobre o serviço da dívida, disse que considerava que se devia distinguir um pagamento a um fornecedor do serviço da dívida, não se devia confundir com aquela questão da EDP, porque o que estavam a pagar à EDP não era serviço da dívida. Disse que ao longo de 12 anos o bode expiatório era sempre o mesmo, ou seja, a dívida à EDP ou o saldo de dívida com que se deparavam no início do mandato, eram a justificação para todas as dificuldades. Disse quem há um ano atrás, naquele mesmo mês, as dívidas a médio, longo prazo eram de 15 milhões de euros e atualmente eram 18 milhões de euros e que as dívidas a curto prazo eram de 2 milhões de euros e atualmente de 5,7 milhões de euros, o que lhe fazia perguntar se não era preocupação, uma vez que a dívida estava a aumentar, a receita a diminuir e também o investimento, dado que a despesa de capital só estava executada em 31%. Que os valores de referência ali indicados eram do período de pandemia, que ninguém podia dizer que, no momento, em que aquele orçamento foi feito, a situação iria melhorar radicalmente porque sabiam, que não tinham vacinas, as pessoas sensatas, previdentes sabiam que em janeiro ninguém andaria a fazer “foguetório” e que os valores eram um terço daquilo que se pensara, mas já sabiam que estavam nas condições em que estavam, sabiam que não iam tão cedo ter uma atividade e um desenvolvimento económico tão bom e obviamente como seria ideal. Esperava que houvesse muito investimento privado em Espinho porque da Câmara via redução de investimento.



Ricardo Sousa (PSD) protestou, dizendo que a desculpa da dívida à EDP foi uma desculpa utilizada por todos os executivos porque era de facto um peso absolutamente colossal nas contas da Câmara, sendo que o executivo atual teve forma de a enfrentar, fazendo um corte na dívida de 4 milhões de euros. Perguntou ao vogal Regedor, perante aquela oportunidade, se optaria por não fazer o corte e manter as contas como estavam não aumentando o serviço da dívida ou se optaria por assumir o compromisso com a EDP, fazer o corte na dívida da Câmara de 4 milhões de euros e assumir um serviço da dívida de mais 200 mil euros. Fez notar que naquele momento a Câmara Municipal estava a pagar menos e tinha menos dívida. Disse que estavam num ano de pandemia e referiu que tinha dúvidas se existiria algum município que conseguia baixar o prazo médio de pagamento durante a pandemia. Que as vacinas foram contratadas em dezembro e, naquela altura, não era espectável terem uma vaga como a que tiveram em janeiro e fevereiro, como não era espectável no meio de um processo de vacinação, estarem confrontados, novamente, com números preocupantes. Que estavam a lidar com incertezas diárias e que não valia a pena acharem que, naquele quadro, a única instituição que tinha de ser absolutamente infalível na sua gerência era a Câmara Municipal de Espinho.

António Regedor (PMG) Disse que uma coisa era a dívida e outra coisa era o serviço de dívida e que, na realidade, estavam a pagar serviço de dívida que, obviamente, não podia ser utilizado noutras atividades. Disse que não tinha de apresentar nada em relação aos outros municípios porque vivia com os problemas do município de Espinho e com o caminho que levavam. Que a sua responsabilidade era promover a cautela e a ponderação. Que, relativamente, ao quadro social que o vogal Ricardo Sousa colocava de um crescendo pandémico em janeiro, fevereiro e de dificuldades em receber mais vacinas e de terem de prolongar os prazos naquelas circunstâncias só lhe vinha dar razão no sentido de terem de ter muito mais cuidado e deviam ter sido mais previdentes na votação do orçamento para o ano em curso e para o qual votou contra.

Jorge Carvalho (CDU) disse que por existir um plano acordado de pagamento diferido do que se devia à EDP, diziam não estarem a dever à EDP e não entrava para o serviço da dívida, o que considerava um artifício formal porque a EDP não passou nenhum papel a dizer que a Câmara Municipal já tinha tudo pago. Voltou a perguntar onde, nos documentos apresentados, constava o montante que a ESSE pagou à Câmara Municipal e se a Piscina Solário Atlântico seria entregue a privados.

Vice-presidente CM respondeu que não havia nenhuma decisão, nem nenhum contacto relacionado com a entrega da Piscina, estando a Câmara a proceder à sua reabilitação, tendo havido necessidade de reparar a prancha principal, havendo necessidade de repensar muitas das suas valências.

Presidente da Mesa em exercício disse que não tinha respondido à questão sobre a ESSE, tendo o Vice-presidente da CM referido que faria chegar a informação à Mesa ou ao Sr. Vogal dado não ter nota do valor, lembrando que, no decurso do ano 2020, o Tribunal de Contas pronunciou-se bastante tarde e que era importante perceberem que a contrapartida acordada com a ESSE não se executava desde o momento da deliberação da Assembleia Municipal, mas do momento da indicação do Tribunal de Contas.

Jorge Carvalho (CDU) disse que votaria contra a prestação de contas, chamando a atenção para o relatório da certificação de Contas do Palm & Cambão que, no seu segundo paragrafo, referia que estava a apreciar as contas do município de Ílhavo de 31 de dezembro, demonstrando que a Câmara Municipal mandava para a Assembleia Municipal papeis que não leu e que as contas foram feitas às três pancadas. Chamou à atenção que o Palm & Cambão, no terceiro paragrafo referia que não se comprometia com as contas por causa da falta de inventariação do património do município. Chamou à atenção para o que se estava a passar na CM de Valongo que autorizou a edificação de um edifício de 8 andares para determinado efeito que não lhe foi dado e, começado o julgamento, o Ministério Público pediu que os autarcas, os funcionários daquele tempo pagassem as taxas camararias por serem pessoalmente responsáveis.

João Carapeto (PS) disse que votaria contra porque as contas de 2020 demonstravam o erro que vinha das contas de 2018 e de 2019 com a crescente terceirização das contas do município, recorrendo-se cada vez mais a terceiros para fazer coisas que a Câmara podia e devia fazer, considerava que era uma opção política e que não podia merecer a aprovação do PS. Também pela crescente banalização do recurso à dívida à banca, considerando que devia ser feito caminho contrario, com crescimento da receita e não o aumento crescente sucessivamente gravoso da responsabilidade, não para os que estavam atualmente a pagar impostos, mas para os seus filhos e muito provavelmente netos e também porque as contas de 2020 demonstravam já que era o caminho para uma dívida brutal, tendo o Vice-presidente da Câmara referido numa reunião em que esteve presente, no âmbito do direito de oposição, que “recebeu uma



dívida brutal e que ia ter direito a fazer uma dívida brutal”, sendo que as contas de 2021 o demonstrariam também de uma forma absolutamente assustadora.

João Passos (PSD) sobre o crescimento da receita ser o caminho, gostava que os vogais do PS explicassem o que significava porque, como diziam os entendidos, a única forma de crescer pela receita, para as entidades públicas, era através dos impostos, era cobrar mais dinheiro às pessoas, pelo gostaria que explicassem qual seria o caminho que o PS escolheria para os espinhenses. Sobre a citação do Vice-presidente da Câmara de ter recebido uma dívida brutal e que podia deixar uma dívida brutal, perguntou se não era uma falácia. Disse que era uma aberração do discurso porque podiam dizer que era uma dívida brutal herdada quando herdaram uma dívida de 50 milhões num orçamento como o da Câmara Municipal de Espinho, mas todos tinham consciência que deixar uma dívida inferior a 50% da herdada não era deixar uma dívida brutal. Acrescentou que as oposições, na ânsia do mal dizer nem se apercebiam muito bem do que diziam e até da contradição em que entravam porque estavam a apreciar os documentos de prestação de contas de 2020 e o Sr. Vogal vir ali dizer que “isto levava muito mau rumo porque a esta data em 2020 tínhamos x e agora só temos y, que em 2020 deviam x de serviço de dívida e agora já deviam mais 40 ou 40%”, nem se apercebeu que ao criticar a prestação de contas de 2020 daquela forma, a única coisa que estava a dizer era que as contas eram boas, quando comparadas com as de 2021 que, quando muito, poderiam ser preocupantes.

António Regedor (PMG) disse que via alguém preocupado com pessoas que liam os números e que ele ficava preocupado com os que votavam sem ler os números. Que em nenhum momento referiu que 2021 era só pior do que 2020, apenas referiu que já não tinha votado em 2020, não tinha votado o orçamento para 2021 e em nenhum momento disse que um era melhor que o outro, mas sim que os dois eram maus. Como referiu o vogal Ricardo Sousa, janeiro e fevereiro tinham sido mais preocupantes e em abril a Câmara Municipal veio pedir cerca de mais 5 milhões de euros e que era uma boa razão para ele votar contra.

Votação: aprovado com 13 votos a favor, 10 votos contra e 2 abstenções.

Declarações de Voto:

Jorge Carvalho (CDU): “a CDU votou contra a prestação de contas porque entende que as mesmas não são fiáveis, não garantem que aquilo que lá diz corresponda a realidade e acha muito estranho que as pessoas que votaram a favor se apoiem na

posição da empresa Palm Cambão & Associados que refere que a posição financeira do município de Ílhavo em Ílhavo está conforme, portanto a Assembleia não sabia a posição sobre o município de Espinho, mas sabe a posição sobre o município de Ílhavo que tanto lhe chegou para votar as contas de Espinho.”

Henrique Cierco: “Face à apresentação dos documentos de prestação de contas do ano de 2020 tenho a declarar o seguinte: Em ano de pandemia que assolou o mundo, o país e em especial os municípios terá que se dar o benefício de dúvida a uma gestão camararia que se endividou mais do que o previsto na dívida de curto prazo e atraso a fornecedores. Sendo assim e convencido que esse agravamento não colocará em risco a sustentabilidade financeira do município o meu voto será a favor.”

Ponto 6. Deliberar sobre as propostas que visam prosseguir as atribuições da Autarquia;

Não deram entrada documentos para este ponto

Ponto 7. Apreciar a informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal;

Tendo o Presidente da Câmara Municipal prescindido da apresentação, foram colocadas as seguintes questões:

João Carapeto (PS) perguntou a razão da Câmara não ter dada resposta ao requerimento, enviado por pelo menos um munícipe por e-mail, para que, no dia 17 de maio - Dia Internacional contra a Homofobia - fosse hasteada, à semelhança do que aconteceu um pouco por todo o país, nos Paços do Concelho ou noutra local que permitisse o relevo, a chamada bandeira da igualdade, bandeira multicolor dos grupos LGBT+. Acrescentou que a informação era fidedigna porque o e-mail foi-lhe entregue em mão.

António Regedor (PMG) disse que no dia da Cidade, o Sr. Presidente da Câmara promoveu uma sessão pública no Centro Multimeios e perguntou se via algum inconveniente em que a Assembleia Municipal reunisse no Centro Multimeios.

António andrade (BE) perguntou a razão de estádio municipal estar há alguns meses parado na evolução das suas obras.

Presidente CM, respondendo ao vogal João Carapeto, disse que até à data, não lhe tinha chegado nenhum pedido para o hasteamento da bandeira multicolor e pediu que lhe fizesse chegar o comprovativo da receção, acrescentando que se o pedido lhe



tivesse chegado, não veria qualquer motivo para que não fosse deferido. Sobre a questão colocada pelo vogal António Regedor referiu que, como já tinha sido por varias vezes debatido, entendia que as reuniões da Assembleia Municipal deviam ter lugar no local próprio, nos Paços do Concelho, em que a democracia não ficava em nada prejudicada e que transferi-las para o Centro Multimeios prejudicaria as sessões de cinema realizadas à noite, a menos que os vogais estivessem disponíveis para fazer uma alteração ao regimento para que a assembleia reunisse aos sábados de manhã. Relativamente às obras do estádio municipal, disse que não estavam paradas, sendo que houve um curto período de tempo em que as obras estiveram suspensas devido a um problema de drenagem de água.

João Carapeto pediu a palavra para dizer que à segunda-feira, dia em que estava a decorrer aquela reunião da Assembleia Municipal, não havia sessões de cinema no Centro Multimeios e para além disso o Centro Multimeios realizava sessões de cinema de quinta a domingo, às 16h00 e às 21h30 e na terça e quarta-feira às 16h00, pelo que achava que o problema do Presidente da Câmara não era prejudicar o cinema, mas sim prejudicar a democracia.

Não havendo mais intervenções passou-se ao Ponto 8. Aprovar as atas.

As atas 1/2021, 2/2021, 3/2021, 4/2021 e 5/2021 foram aprovadas por unanimidade, tendo participado na votação apenas os membros que estiveram presentes nas reuniões a que se reportam as atas em apreciação.

As deliberações tomadas na presente reunião foram aprovadas em minuta, por unanimidade, ao abrigo do nº 3 do artigo 57.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, após a sua leitura pela Presidente da Mesa da Assembleia em exercício.

Para constar e devidos efeitos, nos termos do disposto nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 61.º do Regimento, lavrou-se a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, e vai ser assinada pela Presidente da Mesa da Assembleia em exercício e por mim, Isaura Maria Gomes Pinto da Rocha Gonçalves, funcionária municipal da Divisão de Gestão Administrativa, Financeira e Turismo, designada para o efeito, que a elaborei nos termos legais.

A Presidente da Mesa da Assembleia em exercício,

A Funcionária Municipal,
